



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8306

Presidente da Mesa Diretora: Athos Mameluke Mota

Espécie: Veto

Categoria: Mantido, aprovado

Autoria: Executivo Municipal

Data: 15/01/2009

Descrição Sumária: VETO AO PROJETO DE LEI Nº 303/2008. (MANTIDO). Dispõe sobre a concessão de direito real de uso do bem público municipal ao Estado de Minas Gerais, através da 11ª Companhia Independente da Polícia Militar de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário, e dá outras providências. (Área medindo 4.276,86 m², localizada no Rio Parque Guimarães Rosa). (Veto do Poder Executivo mantido pela Câmara em 27/01/2009).

Controle Interno – Caixa: 01

Posição: 23

Número de folhas: 11

Especie: Veto
Categoria: Mantido
A: 01
Ordem: 23
nº fls: 09



Câmara Municipal de Montes Claros

VETO

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

“Veto do Executivo Municipal ao Projeto de Lei que Dispõe sobre a Concessão de Direito Real de Uso de Bem Público Municipal ao Estado de Minas Gerais, por Meio da 11ª. Companhia Independente de Polícia Militar de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário.”

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em - 15/01/2009
- 2 - Comissão Especial
- 3 - MANTIDO O VETO em. 27.01.2009
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG – CEP 39.401-002

Montes Claros (MG), 12 de janeiro de 2009.

Ofício 009 /2009

De: Gabinete do Prefeito

Para: Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Assunto: veto a projeto de lei.

Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 66 § 1º da Constituição da República, aqui aplicado pelo princípio da simetria e art. 37 também da Carta Magna, art. 71 inc. IV da Lei Orgânica do Município, bem como em respeito ao art. 16 inc. XIX e art. 111, ambos da mesma Lei Orgânica Municipal, decidi VETAR INTEGRALMENTE o projeto de Lei aprovado pela Egrégia Câmara Municipal de Montes Claros, que dispõe sobre a “*CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL*” ao ESTADO DE MINAS GERAIS, por meio da 11a. Companhia Independente de Polícia Militar de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário.

Expressamos a nossa admiração pela Administração Pública do Estado e o nosso reconhecimento pelos relevantes serviços prestados pela sua Polícia Militar de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário ao povo de Montes Claros. Todavia, imperiosa é a necessidade de rigorosa observância dos princípios que regem a Administração Pública e das normas legais aplicáveis ao caso concreto.

Trata-se, no caso, de projeto de lei que a autoriza o Município a promover a concessão de direito real de uso, de um terreno com a área de 4.276,86 m2, situada no perímetro urbano desta cidade de Montes Claros, parte da área do Rio – Parque Guimarães Rosa, a qual, certamente, para ser utilizada pela destinatária, demandaria construções ou edificações.

A situação encontra óbice na Lei Orgânica do Município de Montes Claros, que estabelece:

“Art. 16 – Ao Município é vedado:

I - ...

XIX – dar ou permitir o uso de áreas verdes para construções ou edificações, exceto aquelas de uso esportivo ou lazer aberto a toda população”.

Por sua vez, o art. 111 da mesma Lei Orgânica preceitua:

“O uso de bens municipais, por terceiros, só poderá ser feito mediante cessão ou permissão a título precário, por tempo determinado, conforme o interesse público o exigir e através de Decreto do Prefeito Municipal”.



Há, ainda, flagrante contrariedade ao interesse público, por si só capaz de justificar o veto ora apostado, nos termos do art. 66 § 1º da Constituição Federal, como vai a seguir demonstrado:

a) obviamente, todo e qualquer imóvel do Município, para ser objeto de concessão do direito real de uso, deverá ser corretamente identificado, com o “croqui” e respectivo memorial descritivo;

b) todavia, no projeto de lei aprovado, há evidente erro material, visto que os limites e confrontações do imóvel, descritos no art. 5º, estão completamente diferentes do que pode ser constatado no “croqui” de identificação / localização do mesmo imóvel, elaborado em 28/11/2008 pela Divisão de Informações Territoriais da Administração Municipal (cópia em anexo);

c) a ser admitida a descrição dos limites constante do projeto de lei, o imóvel objeto da concessão do direito real de uso envolveria grande parte de uma das mais importantes vias públicas da cidade, a Avenida José Corrêa Machado, transformando, de forma inusitada, a parte da avenida atingida em área de uso privativo da concessionária, o que seria uma intolerável ilegalidade e um verdadeiro absurdo.

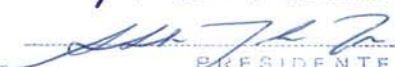
Estas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar o projeto de lei em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dessa Casa Legislativa.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais ilustres Vereadores, renovo os meus protestos de respeito e distinta consideração.

Atenciosamente,


Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal (

Ao Exmo. Sr.
Vereador Athos Mameluque Mota
DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros – MG
NESTA.

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTES CLAROS
A COMISSÃO DE ESPECIAL
EM 15 DE JANEIRO DE 2009

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI N.º ____/2008

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DO BEM PÚBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a concessão de direito real de uso de bem público municipal que especifica e dá outras providências.

Art. 2º - A concessão de que trata esta lei será realizada gratuitamente ao Estado de Minas Gerais, por meio da 11ª Companhia Independente da Polícia Militar de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário, visando a construção da sua sede própria.

Art. 3º - A entidade concessionária responderá por todos os encargos, civis, administrativos e tributários, que venha a incidir sobre o imóvel e sua renda.

Art. 4º - A concessão de direito real de uso de que trata esta Lei dar-se-á pelo prazo de 20 (vinte) anos.

Parágrafo Único – O prazo de que trata o *caput* deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, atendido o interesse público.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer concessão de direito real de uso ao Estado de Minas Gerais, por meio da 11ª Companhia Independente da Polícia Militar de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário, de parte da área do Rio-Parque Guimarães Rosa, com área de 4.276,86 m² (quatro mil, duzentos e setenta e seis metros e oitenta e seis centímetros quadrados), com a seguinte descrição:

“ Partindo do alinhamento da avenida Dr. José Nunes Mourão com a avenida José Correia Machado, ponto este onde inicia esta descrição; segue pelo alinhamento da avenida José Correia Machado na distância de 77,20 m; daí, deflete à esquerda e segue limitando com Meio Ambiente de 81,56m; daí, deflete à esquerda e segue limitando no alinhamento da rua Cento e Setenta e Quatro na distância de 78,66m; daí, deflete à esquerda e segue limitando com Área Verde na distância de



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

136,55m; daí, deflete à esquerda e segue limitando no alinhamento da Avenida José Correia Machado na distância de 41,94m; até o ponto onde iniciou esta descrição, abrangendo uma área de 4.276,86 m²".

Art. 6º - Resolve-se a concessão antes de seu termo se a concessionária der ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou descumprir cláusula resolutória do ajuste, perdendo as benfeitorias que houver feito no imóvel.

Art. 7º - O Município providenciará a elaboração do contrato de concessão de direito real de uso que regerá a presente concessão.

Parágrafo Único – Fica a concessionária incumbida de providenciar o respectivo registro imobiliário do contrato a que se refere o *caput* no prazo de 90 (noventa) dias de sua assinatura, sob pena de caducidade da concessão.

Art. 8º - Fica dispensada a concorrência de que trata o art. 111, § 1º da Lei Orgânica Municipal nos termos do seu art. 107, § 1º.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 30 de dezembro de 2008.

VEREADOR


CORIOLANDO DA S. RIBEIRO AFONSO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL


VEREADOR – HERÁCLIDES GONÇALVES FILHO
1º SECRETÁRIO

MEMORIAL DESCRITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação
Estratégica

DIVISÃO DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS

IDENTIFICAÇÃO : Área Verde.

ÁREA TOTAL 4.276,86 m².

PROPRIETÁRIO : PMMC.

FINALIDADE : Comodato

DESCRIÇÃO

Partindo do alinhamento da **Avenida Dr. José Nunes Mourão com a Avenida José Correia Machado**, ponto este onde inicia esta descrição; segue pelo alinhamento da **Avenida José Correia Machado** na distância de **77,20 m**; daí, deflete à esquerda segue limitando com **Meio Ambiente** de **81,56 m**; daí, deflete à esquerda e segue limitando no alinhamento da **Rua Cento e Setenta e Quatro** na distância de **78,66 m**; daí, deflete à esquerda e segue limitando com **Área Verde** na distância de **136,55 m**; daí, deflete à esquerda e segue limitando no alinhamento da **Avenida José Correia Machado** na distância de **41,94 m**; até o ponto onde iniciou esta descrição, abrangendo uma área de **4.276,86 m²**;

Observações:

O croqui anexo é parte integrante deste memorial descritivo.

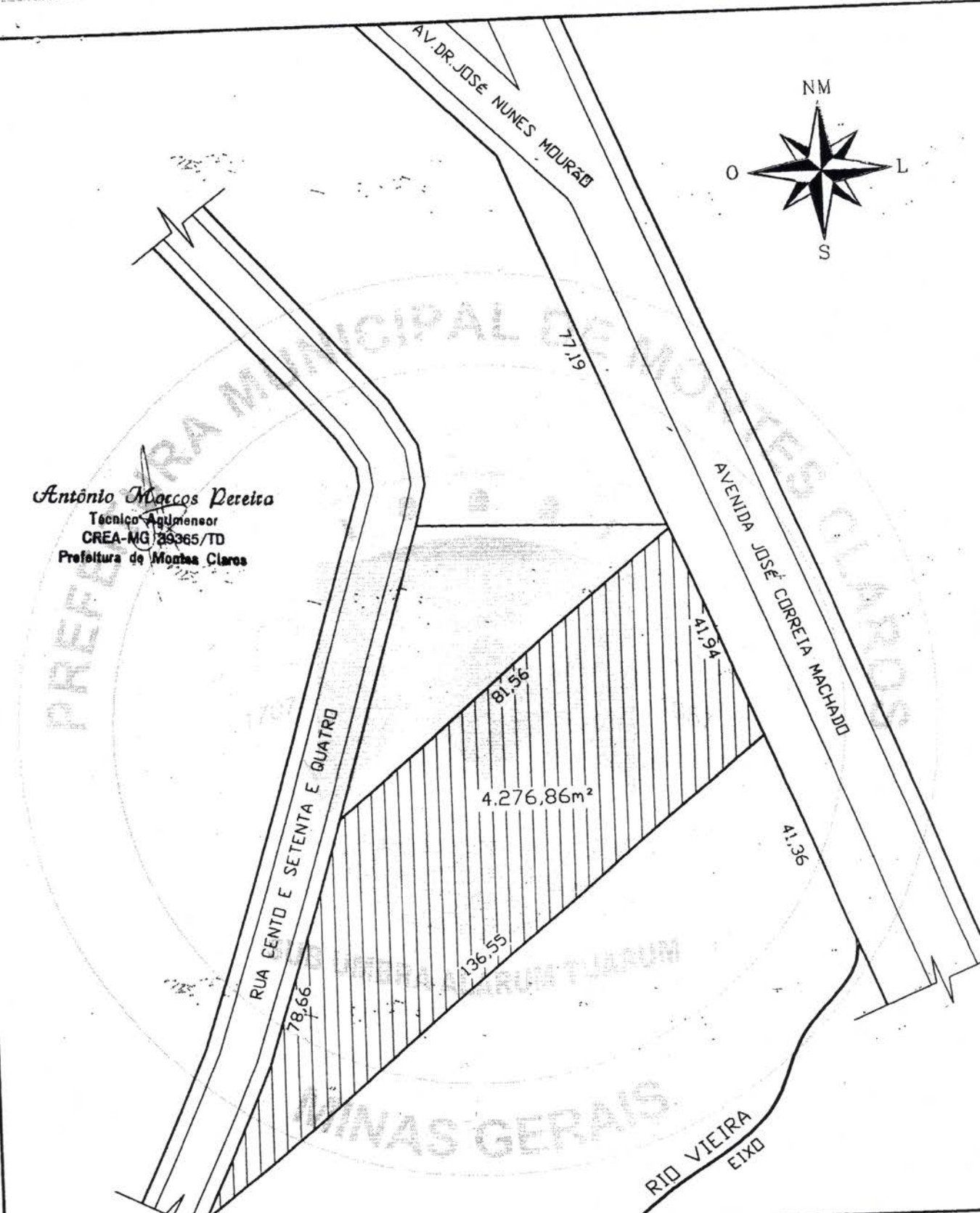
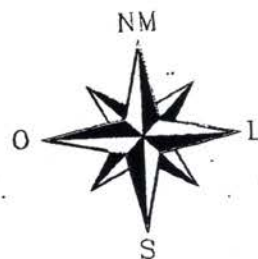
Antônio Mocos Pereira


Técnico Agente
CREA-MG 39965/TD
Prefeitura de Montes Claros

SEÇÃO DE TOPOGRAFIA

Montes Claros, 28 de novembro de 2008.

Antônio Marcos Pereira
Técnico Agilmeior
CREA-MG/39365/TD
Prefeitura de Montes Claros



<div>Montes Claros</div> <div>PREFEITURA MUNICIPAL</div> <div><div>PREFEITURA</div><div>MONTES CLAROS</div></div>	<div>ADMINISTRAÇÃO</div> <div>MONTES CLAROS JUNTO COM VOCÊ</div> <div>PREFEITO</div> <div>ATHOS AVELINO PEREIRA</div> <div>SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO-SEPLA</div> <div>SECRETÁRIO</div> <div>ANTÔNIO DIMAS CARDOSO</div>	<div>DIVISÃO DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS</div> <div>Eng.º Melquiades Ferreira Oliveira</div> <div>LEVANTAMENTO:</div> <div>Antonio Marcos Pereira</div> <div>CREA 39.365/TD</div> <div>FINALIDADE. COMODATO</div> <div>SITUADO NA AVENIDA JOSÉ CORREIA MACHADO BAIRRO IBITU</div> <div>MONTES CLAROS - MG</div> <div>DESENHO</div> <div>Charles Rodrigues</div> <div>ESCALA</div> <div>1/1000</div> <div>DATA</div> <div>28/11/20</div>
--	--	---



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA


PARECER SOBRE VETO A PROJETO DE LEI que “Dispõe sobre a Concessão de Direito Real de Uso de Bem Público Municipal ao Estado de Minas Gerais, por Meio da 11ª Companhia Independente de Polícia Militar de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário.”, de autoria do Executivo.

Veto enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG para análise.

Tanto o projeto de lei votado quanto o veto, apresentam sustentáculo jurídico para sua manutenção, o que torna a situação uma questão interpretativa e meritória a ser decidida pelo plenário, fugindo, portanto, da alçada desta assessoria.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 16 de janeiro de 2009.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

PARECER

VETO DO EXECUTIVO MUNICIPAL AO PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL AO ESTADO DE MINAS GERAIS, POR MEIO DA 11ª COMPANHIA INDEPENDENTE DA POLÍCIA MILITAR DE MEIO AMBIENTE E TRÂNSITO RODOVIÁRIO.

Vem a esta Comissão Especial, formada pelos vereadores Sebastião Ildeu Maia, João de Deus Pereira Gusmão e Frank Wanderlei de Lima, instituída nos termos artigo 80 inciso I e artigo 81 do Regimento Interno desta Casa, para manifestar sobre Veto ao Projeto em epígrafe, de autoria do Executivo Municipal.

O Projeto ora vetado teve entrada na Casa no dia 16 de dezembro de 2008, tendo, após todos os trâmites regimentais, sua aprovação ocorrido em 30 de dezembro de 2008.

A proposição trata de matéria que autoriza a concessão de direito real de uso ao Estado de Minas Gerais, por meio da 11ª Companhia Independente da Polícia Militar de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário, de parte de área do Rio-Parque Guimarães Rosa, com área de 4.276,86 m² (quatro mil, duzentos e setenta e seis metros e oitenta e seis centímetros quadrados), visando a construção de sua sede própria.

O Prefeito utilizando as prerrogativas a ele concedidas pelo inciso IV (quarto) do artigo 71 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros veta o Projeto de Lei alegando que o mesmo contraria a Lei Orgânica Municipal, e ainda incidi em erro material quanto aos limites e confrontações do imóvel.

Ao nosso ver, o Executivo, acertadamente, indica, o art. 16, inciso XIX (dezenove) da Lei Orgânica Municipal que expressa a proibição do Município em dar ou permitir o uso de áreas verdes para construções ou edificações, exceto aquelas de uso esportivo ou lazer aberto à toda população. *In verbis*



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

Art. 16 - Ao Município é vedado:

XIX - dar ou permitir o uso de áreas verdes para construções ou edificações, exceto aquelas de uso esportivo ou lazer aberto a toda população;

O constitucionalista José Afonso da Silva sustenta que a preocupação do direito urbanístico com a criação e preservação das áreas verdes faz-se necessária, em virtude de que tais áreas tornaram-se elementos urbanísticos vitais. Assim, completa, elas vão adquirindo regime jurídico especial, que as distingue dos demais espaços livres e de outras áreas "non edificandi"⁽⁰¹⁾(...), ou seja, "não edificadas".

Uma vez que se destina a salvaguardar o patrimônio ambiental, bem de interesse coletivo, esta Comissão manifesta favorável ao ato do Executivo, entendendo que o referido Projeto de Lei contraria a Lei Orgânica Municipal e recomenda, portanto, a **manutenção** do Veto, quando este vier a ser apreciado pelo Plenário.

Montes Claros, 20 de janeiro de 2009.

Comissão Especial

Ver. Sebastião Ildeu Maia: 

Ver. João de Deus Pereira Gusmão: 

Ver. Frank Wanderlei de Lima: 